

ATA NÚMERO 103/XIII/2.ª SL

Em 3 de março de 2017, pelas 14h, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

14.00H

- 1. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 56/XIII/2.ª (GOV) Adota uma medida transitória de redução do pagamento especial por conta previsto no artigo 106.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e do Projeto de Lei n.º 402/XIII/2.ª (PCP) Cria as condições para a substituição do Pagamento Especial por Conta por um regime simplificado baseado em coeficientes técnico-económicos por sector de atividade.
- 2. Audição do ex-Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, Dr. António Brigas Afonso, sobre alegada falta de controlo de transferências para paraísos fiscais.
- 3. Audição do ex-Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, Professor Dr. José Azevedo Pereira, sobre alegada falta de controlo de transferências para paraísos fiscais.
- 4. Outros assuntos.
 - 1. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 56/XIII/2.ª (GOV) Adota uma medida transitória de redução do pagamento especial por conta previsto no artigo 106.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e do Projeto de Lei n.º 402/XIII/2.ª (PCP) Cria as condições para a substituição do Pagamento Especial por Conta por um regime simplificado baseado em coeficientes técnico-económicos por sector de atividade.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) efetuou uma intervenção prévia à votação, dando nota de que o texto conjunto a votar resulta de uma fusão de uma proposta de lei do Governo e de um projeto de lei do PCP. Realçou que o PCP defende que as reduções previstas deviam abranger todas as empresas, motivo pelo qual apresentou uma proposta de eliminação do n.º 2 do artigo 2.º. Tendo-se suscitado dúvidas sobre a



compatibilidade desta proposta com a Lei-travão, o PCP resolveu retirar a mesma, sublinhando ainda que a proposta de alteração do PS visa abranger todas as empresas já em 2018.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) suscitou dúvida sobre a pertinência legística e a própria constitucionalidade do artigo 3.º do texto submetido a votação, tendo os Senhores Deputados João Paulo Correia (PS) e Paulo Sá (PCP) referido que não é uma formulação legal inédita.

2. Audição do ex-Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, Dr. António Brigas Afonso, sobre alegada falta de controlo de transferências para paraísos fiscais.

A Senhora Presidente deu as boas vindas ao ex-Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), Dr. Briga Afonso, enquadrando a audição nos requerimentos apresentados por vários GP.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), tendo o ex-Diretor-Geral da AT respondido individualmente às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Cristóvão Crespo (PSD), Fernando Anastácio (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), tendo o ex-Diretor-Geral da AT usado da palavra para responder ao conjunto das questões.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na página internet da audição.

3. Audição do ex-Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, Professor Dr. José Azevedo Pereira, sobre alegada falta de controlo de transferências para paraísos fiscais

A Senhora Presidente deu as boas vindas ao ex-Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), Prof. José de Azevedo Pereira, enquadrando a audição nos requerimentos apresentados por vários GP.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados António Leitão Amaro (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP), tendo o ex-Diretor-Geral da AT respondido individualmente às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Cristóvão Crespo (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS) e Cecília Meireles (CDS-PP). Interveio ainda a Senhora Deputada Rubina Berardo, tendo o ex-Diretor-Geral da AT usado da palavra para responder ao conjunto das questões.

Em diversas ocasiões a Senhora Presidente realçou a importância que a distribuição de documentos das entidades públicas tem para o princípio da administração aberta e a para o princípio do Estado de Direito Democrático, aludindo ao facto de o ex-Diretor-Geral da AT não disponibilizar relatórios de que dispunha e que mencionou durante a audição.



O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) solicitou à mesa que diligenciasse junto do Governo para obter dados discriminados e desagregados relativos a cada uma das vinte declarações sobre transferências para offshores não controladas.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na página internet da audição.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente encerrou a reunião, às 19:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de março de 2017

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Reunião de 3 de março de 2017

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro

Carlos Silva

Cecília Meireles

Cristóvão Crespo

Duarte Pacheco

Eurico Brilhante Dias

Fernando Anastácio

Jamila Madeira

João Galamba

João Paulo Correia

João Pinho de Almeida

Mariana Mortágua

Paulino Ascenção

Paulo Sá

Paulo Trigo Pereira

Ricardo Leão

Rubina Berardo

Teresa Leal Coelho

Miguel Tiago

Ulisses Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Ventura

Hortense Martins

Inês Domingos

Margarida Balseiro Lopes